



1



2

# DIREITO ADMINISTRATIVO

Prof. HERBERT  
ALMEIDA

 /profherbertalmeida  
 @profherbertalmeida  
 /profherbertalmeida

## IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



3

## REDES SOCIAIS



 /profherbertalmeida  
 @profherbertalmeida  
 /profherbertalmeida

Prof. HERBERT ALMEIDA

4

# IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

 /profherbertalmeida  
 @profherbertalmeida  
 /profherbertalmeida

Revisão  
Prof. HERBERT ALMEIDA

5

## 1. (Cespe – AJAA/STM/2018)

Além dos servidores públicos, são considerados sujeitos ativos de atos de improbidade administrativa os notários e registradores, que podem sofrer as penalidades previstas na lei em apreço.

**Gabarito: correto.**

## 2. (Cespe – Auditor de Controle Interno/CGM de João Pessoa - PB/2018)

Os atos de improbidade administrativa atingem apenas entidades integrantes do Poder Executivo.

**Gabarito: errado.**

### 3. (Cespe – Analista Judiciário/STJ/2018)

A ideia de probidade administrativa equivale à de moralidade, na medida em que ambas se relacionam à honestidade na administração pública, sendo, por isso, exigidas do agente público a observância dos princípios éticos e a consciência dos valores morais.

**Gabarito: correto.**

 /profherbertalmeida

7

### 4. (Cespe – TJAA/STM/2018)

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, se um agente público regularmente processado e condenado por ter causado lesão ao patrimônio público vier a falecer antes de submeter-se às penalidades que lhe tiverem sido impostas, estas não poderão afetar os seus sucessores, tampouco atingir a herança.

**Gabarito: errado.**

 /profherbertalmeida

8

### 5. (Cespe – Oficial Técnico de Inteligência/ABIN/2018)

Valdemar, empresário do setor de frigoríficos, emprega estratégias, como a utilização de produtos químicos, para disfarçar o estado de putrefação de carnes que vende fora do prazo de validade. Ele garante uma mesada a Odair, empregado de agência reguladora do setor e encarregado de elaborar os registros de fiscalização, em troca de ser avisado de qualquer ação não programada do órgão. De posse desse tipo de informação, Valdemar toma providências para que os fiscais não encontrem a carne de má qualidade. Durante a investigação de um caso referente a uma pessoa que sofrera prejuízo à saúde em razão do consumo de carne estragada, escuta telefônica autorizada gera as provas da existência do esquema.

A respeito da situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

Valdemar cometeu o crime de corrupção ativa, mas, como não é servidor público, a ele não se aplica a Lei n.º 8.429/1992.

**Gabarito: errado.**

 /profherbertalmeida

9

### 6. (Cespe – Analista Judiciário/STM/2018)

É imprescindível a ocorrência de dolo para a tipificação, como ato de improbidade administrativa, da conduta de agente público que cause prejuízo ao erário.

**Gabarito: errado.**

 /profherbertalmeida

10

## 7. (Cespe – TJAA/STM/2018)

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, o agente público que revelar, para pessoa de sua confiança, fato de que tem ciência em razão de suas atribuições e sobre o qual deveria manter segredo cometerá conduta antiética, não se configurando, nesse caso, ato de improbidade administrativa.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

**Gabarito: errado.**

 /profherbertalmeida

11

## 8. (Cespe – Analista Judiciário/STJ/2018)

O agente público que facilitar a incorporação de verba integrante do acervo patrimonial da União ao patrimônio de pessoa física, ainda que aja de boa-fé e sem dolo ou culpa, praticará ato de improbidade administrativa, submetendo-se às sanções previstas em lei.

**Gabarito: errado.**

## 9. (Cespe – Agente de Inteligência/ABIN/2018)

Cometerá ato de improbidade administrativa, violando o dever da imparcialidade, legalidade, lealdade às instituições, o servidor público que, em consequência de desafeição com determinado cidadão, negar publicidade de um ato oficial.

**Gabarito: correto.**

 /profherbertalmeida

12

## 10. (Cespe – STJ/2018)

O servidor público que atrasa a realização de ato que deveria promover de ofício não atenta contra os princípios da administração pública, ao contrário do que ocorre com aqueles que deixam de praticar o referido ato.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

**Gabarito: errado.**

 /profherbertalmeida

13

## 11. (Cespe – AJAA/STJ/2018)

O servidor público que revelar a particular determinado fato sigiloso de que tenha ciência em razão das atribuições praticará ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da administração pública.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

**Gabarito: correto.**

 /profherbertalmeida

14

## 12. (Cespe – Investigador de Polícia/PC MA/2018)



Representa ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, segundo a Lei n.º 8.429/1992,

- a) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- b) usar, em proveito próprio, bens integrantes do patrimônio das entidades públicas.
- c) ordenar a realização de despesas não autorizadas.
- d) frustrar a licitude de concurso público.
- e) deixar de prestar contas quando obrigado a fazê-lo.

### Gabarito: alternativa B.

 /profherbertalmeida

15

## 13. (Cespe – Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018)



Uma empresa que presta serviços de vigilância e limpeza para órgão da administração pública, diante de dificuldades financeiras decorrentes do atraso dos pagamentos que lhe são devidos pelos serviços adequadamente prestados, deu vantagem pecuniária aos servidores responsáveis pela liquidação e pagamento da despesa orçamentária empenhada, com o objetivo de acelerar os trâmites administrativos necessários ao efetivo pagamento.

Nessa situação hipotética, os servidores responderão por ato de improbidade administrativa por terem

- a) concedido indevidamente benefício financeiro, sujeitando-se, entre outras cominações, ao ressarcimento integral do dano causado à administração pública.

 /profherbertalmeida

16

### 13. (Cespe – Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018)

- b) atentado contra os princípios da administração pública, sujeitando-se, entre outras cominações, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- c) aplicado indevidamente benefício tributário, sujeitando-se, entre outras cominações, à proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) causado prejuízo ao erário, sujeitando-se, entre outras cominações, à perda de bens e valores, inclusive aqueles obtidos licitamente.
- e) enriquecido ilicitamente, sujeitando-se, entre outras cominações, ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

**Gabarito: alternativa E.**

 /profherbertalmeida

17

### 14. (Cespe – STJ/2018)

As sanções aplicáveis nos casos de enriquecimento ilícito são cabíveis apenas para agentes públicos, excluindo-se a possibilidade de responsabilização administrativa de pessoa que não exerce mandato, cargo, emprego ou função administrativa.

**Gabarito: errado.**

### 15. (Cespe – Agente de Inteligência/ABIN/2018)

A condenação pela prática de ato de improbidade administrativa é hipótese de que resulta perda dos direitos políticos.

**Gabarito: errado.**

 /profherbertalmeida

18

## 16. (Cespe – Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018)



Por ter permitido a alienação de um imóvel integrante do patrimônio de uma autarquia pública estadual por preço inferior ao de mercado, determinado agente público causou lesão ao erário.

Durante o processo, provou-se que o agente agiu de forma imprudente, bem como constatou-se o nexo causal entre a conduta e o dano. Porém, não houve comprovação de enriquecimento pessoal do agente, nem indício de má-fé.

Nessa situação hipotética, segundo a Lei n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa —, o ressarcimento do dano

- a) só seria devido se a conduta tivesse sido omissiva, caso em que teria de ser comprovado o dolo ou a culpa do agente público.
- b) será devido tão só em razão de a conduta ter sido comissiva, pouco importando, nesse caso, a comprovação de ter havido dolo ou culpa.

/profherbertalmeida

19

## 16. (Cespe – Auditor de Contas Públicas/TCE PB/2018)



- c) só seria exigível caso a conduta em questão se tivesse dado de forma omissiva, já que não houve dolo.
- d) não poderá ser cobrado do agente público, independentemente de a conduta ser omissiva ou comissiva, uma vez que não houve a comprovação de dolo.
- e) será devido independentemente de a conduta ser omissiva ou comissiva, sendo suficiente para tal a comprovação da culpa do agente público.

**Gabarito: alternativa E.**

/profherbertalmeida

20

### 17. (Cespe – Escrivão de Polícia/PC MA/2018)

De acordo com a Lei de Improbidade — Lei n.º 8.429/1992 —, o servidor público que comprovadamente tiver causado lesão ao patrimônio público estará sujeito

- a) a detenção de cinco a oito anos.
- b) à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- c) ao ressarcimento correspondente ao dobro do valor integral do dano.
- d) ao pagamento de multa civil em valor igual ao do acréscimo patrimonial.
- e) a suspensão dos direitos políticos por dez anos.

### Gabarito: alternativa B.

 /profherbertalmeida

21

### 18. (Cespe – Médico Legista/PC MA/2018)

A Lei de Improbidade Administrativa elenca as penas aplicáveis àqueles que praticarem atos de improbidade. O agente público que, atentando contra os princípios da administração pública, for condenado em ação de improbidade por ter deixado de praticar, indevidamente, ato de ofício, estará sujeito à pena de

- a) suspensão dos direitos políticos pelo período de oito a dez anos.
- b) suspensão da função pública pelo período de cinco a oito anos.
- c) ressarcimento integral do dano, ainda que este seja presumido.
- d) proibição de contratar com o poder público pelo prazo de três anos.
- e) multa, limitada a vinte vezes o valor da sua remuneração.

### Gabarito: alternativa D.

 /profherbertalmeida

22

### 19. (Cespe – Investigador de Polícia/PC MA/2018)

À luz da CF, os atos de improbidade administrativa poderão acarretar o(a)

- a) suspensão dos direitos políticos.
- b) disponibilidade dos bens.
- c) cassação de direitos políticos.
- d) suspensão da função pública.
- e) resarcimento ao erário, o que inviabiliza a persecução penal.

**Gabarito: alternativa A.**

 /profherbertalmeida

23

### 20. (Cespe – Auditor de Controle Interno/CGM de João Pessoa - PB/2018)

A pretensão estatal de resarcimento do erário em face de agente que tenha enriquecido ilicitamente no exercício de suas funções prescreverá em cinco anos.

**Gabarito: errado.**

 /profherbertalmeida

24

## 21. (Cespe – Investigador de Polícia/PC MA/2018)

À luz da Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, julgue os itens a seguir.

I Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

II A representação, por carecer de formalismo, será escrita ou reduzida a termo e assinada, devendo conter somente a qualificação do representante e as informações sobre o fato.

III Comissão processante poderá representar ao Ministério Público para que este requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou de terceiro que tenha enriquecido ilicitamente.

 /profherbertalmeida

25

## 21. (Cespe – Investigador de Polícia/PC MA/2018)

IV A rejeição da representação pela autoridade administrativa impede a representação ao Ministério Público no mesmo caso.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

**Gabarito: alternativa B.**

 /profherbertalmeida

26

# MUITO OBRIGADO!

## Bons estudos!

**Prof. HERBERT  
ALMEIDA**

 /profherbertalmeida  
 @profherbertalmeida  
 /profherbertalmeida

27



28